



Quinta-Feira, 16 de Janeiro de 2025

Após escândalo do arroz, Geller volta para agricultura e atua nos bastidores para eleger aliados

Sumido do cenário político após o escândalo do leilão do arroz, o ex-secretário de Políticas Agrícolas do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), Neri Geller (PP), foi visto na Assembleia Legislativa nesta quarta-feira (11).

Geller comentou que após o episódio em Brasília, retornou às suas atividades de produtor agrícola em Lucas do Rio Verde. Além disso, ele disse que tem ajudado os candidatos de seu partido a prefeito e vereador.

“Voltei para minha atividade, Lucas do Rio Verde, sou produtor, sou comerciante, do que eu sempre vivi, que é do meu trabalho. Estou muito feliz na retomada das eleições, acompanhando, ajudando os parceiros nossos no estado inteiro, tem base fortalecida, hoje à tarde eu vou a Livramento e Poconé, amanhã eu vou a Santo Antônio do Leverger e aqui em Cuiabá”, relatou.

“Acompanhando de longe e de perto também porque queira ou não para nós, que viemos para o estado nos anos 80, a transformação acaba acontecendo pela força do trabalho da nossa gente, mas muito também pelas políticas que são implementadas. Então, a presença minha, mesmo que eu queira ficar fora, acabo me envolvendo porque gosto e acho que as pessoas de bem precisam se envolver na política”, acrescentou.

Neri foi exonerado do cargo no Mapa depois do resultado do leilão de arroz. O processo causou polêmica e levantou a suspeita de irregularidades, já que entre as vencedoras estava uma mercearia que vende queijo, uma locadora de veículos e um fabricante de sorvetes.

Outro ponto que causou dúvida sobre o processo, foi uma empresa criada por um ex-assessor de Geller, negociar a venda de 44% do arroz importado vendido no leilão. Robson Luiz de Almeida França trabalhou no gabinete de Neri na Câmara Federal e é um dos criadores da Bolsa de Mercadorias de Mato Grosso (BMT) e Foco Correta de Grãos que participaram da negociação de 116 mil das 263,3 mil toneladas que seriam comercializadas, o que representaria algo em torno de R\$ 508,1 milhões dos R\$ 1,3 bilhão que seria movimentado no leilão.

Além disso, o escândalo abalou a relação entre ele e o ministro Carlos Fávaro, que iniciou em 2022, após o grupo do governador Mauro Mendes (União) ter preferido a reeleição de Wellington Fagundes (PL) ao invés de apoiar o progressista, que nem chegou a concorrer a vaga porque teve registro de candidatura indeferida pela Justiça Eleitoral.

Fonte: olhardireto.com.br